



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2015  
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº XX/2015  
SEI Nº 0009755-26.2015**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO  
DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
TOCANTINS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, com sede Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral — **Flávio Leali Ribeiro**, brasileiro, separado, portador do documento de identidade nº M 5.387.661 SSP/MG e do CPF nº 718.916.766/87 — e pelo Secretário de Administração e Orçamento — **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 282.526.081-91 —, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), portador(a) da carteira de identidade nº **XXXXXX** SSP/XX e do CPF nº **XXXXXXXXXX**, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente instrumento, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto 5.450/2005, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2015, seus anexos e os termos da proposta da contratada, originados no Processo Eletrônico SEI nº 0009755-26.2015, mais as cláusulas e condições adiante descritas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução dos serviços de reforma da edificação sede do(s) Cartório(s) Eleitoral(is) de **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Planilha Orçamentária e Especificações Técnicas, anexos ao Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2015, partes integrantes deste instrumento independente de transcrição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1.** Os serviços serão executados de forma indireta e sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DOS SERVIÇOS**

**3.1.** A empresa contratada deverá prestar, durante a execução dos serviços, toda assistência técnica-administrativa, mantendo também no local dos serviços todo o equipamento de segurança e materiais necessários a uma execução segura e perfeita dos serviços.

**3.2.** Os serviços a serem prestados deverão obedecer rigorosamente as normas técnicas e de segurança vigentes, com a utilização de equipamentos e ferramentas adequados.

**3.3.** Qualquer modificação, alteração, supressão ou acréscimo durante a execução deverá ser formalizado por escrito, protocolizado no setor de protocolo da CONTRATANTE e previamente autorizado pela Diretoria-Geral do CONTRATANTE, depois de ouvida a Fiscalização, sob pena de nulidade e responsabilização direta da contratada.

**3.4.** Durante a execução dos serviços, será procedida a fiscalização através de comissão especialmente designada pela Administração deste Tribunal, onde as vistorias ocorrerão em intervalos máximo de quinze dias. A primeira vistoria será efetuada no início dos serviços.

**3.5.** Não será permitida a subcontratação total dos serviços. Somente em condições especiais, com autorização expressa da fiscalização, poderão ser subcontratadas partes específicas dos serviços, nas quais a mão-de-obra seja necessariamente especializada.

**3.6.** Correrá por conta exclusiva da construtora a responsabilidade sobre quaisquer acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, uso indevido de patentes registradas, e ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição ou danificação da obra em andamento até a definitiva aceitação da mesma pela fiscalização do TRE-TO, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

**3.7.** É a construtora obrigada a obter todas as licenças e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os emolumentos prescritos por lei, e observando todas as leis, regulamentos e pagamentos de seguro pessoal, despesas decorrentes das Leis Trabalhistas e impostos relativos às obras e serviços contratados, assim como multas impostas pelas autoridades, mesmo aquelas que por força dos dispositivos legais sejam atribuídas pelo TRE/TO.

**3.8.** A observância das Leis, regulamentos e posturas, a que se refere o item precedente, abrange também as exigências do CREA e CAU, especialmente no que se refere à colocação de placas de identificação da obra em local visível, contendo nomes

do responsável técnico pela execução da obra, do autor ou autores dos projetos, empresa construtora, etc., tendo em vista as exigências do registro na região do citado Conselho em que realiza a construção, e com as especificações recomendadas pelo TRE/TO.

**3.9.** As despesas de transporte de materiais, equipamentos e pessoal até o local de execução da obra são de responsabilidade da Contratada.

**3.10.** As despesas de estada e alimentação de pessoal no local de realização da obra são de responsabilidade da Contratada

**3.11.** As despesas referentes a cópias de documentos e projetos são também de responsabilidade da Contratada

**3.12.** A Contratada deverá providenciar a aprovação, junto aos órgãos competentes, quando couber, de todas as alterações que possam ser feitas nos projetos originais, desde que ouvidos seus autores, arcando com os custos operacionais se der causa a alteração.

**3.13.** São de responsabilidade da Contratada os encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1.** Manter na obra, no mínimo, um conjunto completo de todos os projetos atualizados, planilha orçamentária e planilha de medições.

**4.2.** Executar os serviços objeto do presente contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência e manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.

**4.3.** Fornecer todos os materiais indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas e projetos executivos, assumindo inclusive as despesas referentes a transportes, cargas, descargas e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora do canteiro de obras, devendo os materiais empregados ser de primeira qualidade e compatíveis com os especificados nos projetos. A empresa se obriga a entregar os materiais com qualidade igual ou superior às descritas no Edital da licitação e seus anexos, ficando sujeito à escolha do TRE-TO, material de qualidade compatível aos apontados no projeto, se a marca, modelo ou referência cotado na proposta não atender as especificações determinadas:

**4.3.1.** A CONTRATADA deverá fornecer, ainda, todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados, nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de

materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização da obra.

4.3.2. Submeter à aprovação do fiscal da obra amostras de todos os materiais de acabamento a serem empregados na obra, antes de serem aplicados.

4.4. Afastar, após o recebimento da notificação, qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRETO.

4.5. Fornecer, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.

4.6. Manter atualizada na obra a listagem de todos os empregados, contendo nome, RG e função.

4.7. Reforçar a sua equipe de funcionários na obra, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.

4.8. Proceder, ao final da obra, à limpeza e remoção do material desnecessário indesejável.

4.9. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução do projeto, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas que compõem a obra.

4.10. Verificar e comparar, antes do início de qualquer etapa, todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços.

4.11. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à CONTRATADA formular imediata comunicação escrita ao fiscal da obra, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da obra.

4.12. Submeter à aprovação do gestor do contrato, os nomes e os dados demonstrativos da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado.

4.13. Providenciar, às suas expensas, atestado de equivalência de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que o fiscal da obra julgar necessário.

4.14. Providenciar, antes do início da obra, a Anotação ou registro de responsabilidade técnica no conselho profissional referente à execução da obra;

4.15. Garantir que o engenheiro responsável pela execução dos serviços realize no mínimo uma visita semanal à obra, para acompanhá-la.

4.16. Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus

empregados e seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual.

**4.17.** Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução da obra, tais como:

- a) Salários;
- b) Seguros de acidente;
- c) Taxas, impostos e contribuições;
- d) Indenizações;
- e) Vale-refeição;
- f) Vales-transportes; e
- g) Outras previstas na respectiva convenção coletiva.

**4.18.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

**4.19.** Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na obra ou no recinto da CONTRATANTE.

**4.20.** Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados para executar os serviços objeto do presente Contrato, assim como indenização que porventura daí se originarem e por tudo mais quanto as leis sociais e trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução deste Contrato.

**4.21.** Retirar do canteiro e dos locais da obra todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pelo TRE/TO, em até 24 horas, independente das sanções previstas.

**4.22.** Desmanchar e refazer, às suas expensas, sem qualquer ônus para o TRE/TO, os serviços não aceitos pela fiscalização, quando for constatado o emprego de material inadequado ou a execução imprópria do serviço à vista dos projetos e especificações.

**4.23.** Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção da obra em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.

**4.24.** Durante o período de garantia a CONTRATADA deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de quinze dias corridos, contados da comunicação formal.

**4.25.** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições originalmente pactuadas, inclusive as de habilitação, qualificação e capacidade técnica operativa exigida no certame.

**4.26.** Concordar com a adequação do termo de referência, sendo que as alterações contratuais sob a alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamento, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

**4.27.** No caso do valor dos serviços ser inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do subitem 7.5 do edital do certame, por ocasião da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar garantia adicional, dentre as modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 56 da Lei 8.666/93, igual a diferença entre esse valor e o valor da sua proposta.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**5.1.** Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho.

**5.2.** Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

**5.3.** Manifestar-se sobre cada uma das medições dos serviços executados pela CONTRATADA.

**5.4.** Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após cada medição, os serviços prestados pela CONTRATADA.

**5.5.** Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato.

**5.6.** Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

**5.7.** Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

**5.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

**5.9.** Analisar e decidir, após comunicação formal da CONTRATADA, eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente.

**5.10.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura, de acordo com as condições, preços, prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas.

**5.11.** Receber provisoriamente os serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da CONTRATADA.

**5.12.** Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

## **CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**6.1.** Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATADA receberá o valor global de R\$ 00,00 (xx).

**6.2.** O pagamento à Contratada será efetuado por meio de Ordem Bancária efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 1 (uma) via, devidamente atestada pelo gestor do contrato.

6.2.1. O pagamento será efetuado em parcelas mensais.

6.2.2. Estando previstas duas medições, uma com 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Serviços e outra após a conclusão.

6.2.3. No caso de eventual prorrogação do prazo de execução dos serviços, as medições ocorrerão a cada período de trinta dias.

**6.3.** Na nota fiscal/fatura deverá constar, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- a) Data de emissão da nota fiscal;
- b) CNPJ do TRE (05.789.902/0001-72) e da Contratada.
- c) Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total.
- d) Valor dos serviços e dos materiais em separado.

**6.4.** Juntamente com a nota fiscal deverão ser apresentados pela Contratada os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador perante o FGTS;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através de apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União expedida pela Receita Federal do Brasil;
- d) Guia de Recolhimento do FGTS e da informação à Previdência Social (GFIP), com a relação impressa de tomadores/Obras – RET (funcionários), devidamente quitada, referente à última competência vencida;
- e) Guia da Previdência Social (GPS) devidamente quitada, referente à última competência vencida;
- f) Guia de Recolhimento do ISS (imposto sobre serviços) incidentes sobre os serviços objeto desta licitação, devidamente quitada, referente à última competência vencida;

- g) Comprovante de pagamento dos empregados utilizados na execução deste contrato, referente à última competência vencida;
- h) Uma via do livro “diário de obra”, contendo todo o período de prestação de serviços a que se refere à medição, visado pelo responsável técnico pela execução da reforma e pelo fiscal da obra.
- i) Anotação de responsabilidade técnica referente sobre a execução da obra no CREA/TO.

**6.5.** Os documentos acima deverão ser da Contratada, não será aceita a substituição de documentos da matriz para filial ou vice-versa, salvo o relativo à alínea “a” do item anterior.

**6.6.** A gestão do contrato deverá encaminhar a nota fiscal e demais documentos à Secretaria de Administração e Orçamento, devidamente conferidos e atestados, para fins de análise e pagamento.

**6.7.** A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

**6.8.** Sobre as faturas incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com as faturas, cópia do comprovante respectivo.

**6.9.** Poderá ocorrer a retenção do ISS, após análise da legislação pertinente, documentos apresentados e dos termos contratuais, sobre o valor dos serviços, na porcentagem pertinente ao município em que estiver sendo realizado o serviço.

**6.10.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

**6.11.** Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

**6.12.** O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTAMENTO**

**7.1.** O presente contrato não terá reajustamento dos preços contratados durante a sua vigência.

## **CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA DA OBRA**

**8.1.** A CONTRATADA deverá prestar garantia com prazo não inferior a cinco anos quanto à solidez e segurança para as estruturas e dois anos para a pintura e demais serviços, a contar do recebimento definitivo da obra.



## **CLÁUSULA NONA: DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

**9.1.** No interesse da Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado até o limite de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º, da Lei nº 8.666/1993.

**9.2.** Ressalte-se que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**9.3.** A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo TRE/TO, mantendo-se, em qualquer aditivo contratual, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela Administração e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**10.1.** O contrato será fiscalizado e acompanhado pelo gestor especialmente designado pela Secretaria de Administração e Orçamento, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e notificando a autoridade superior, quando necessário, para as providências corretivas.

**10.2.** As relações mantidas entre o TRE-TO e a Contratada, serão intermediadas pelo gestor responsável pela fiscalização do contrato.

**10.3.** A Contratada é obrigada a facilitar a minuciosa fiscalização dos materiais e execução da obra e serviços contratados, sendo-lhe assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a construtora e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ter atendido dentro de quarenta e oito horas, a contar da anotação no diário de obras, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra.

**10.4.** Fica a Contratada obrigada a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado que, a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

**10.5.** A fiscalização dos serviços de engenharia que compõem a obra será exercida por comissão ou servidor designado pela administração do TRE/TO.

**10.6.** À Fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento fiel do contrato e impugnar todo e qualquer material ou serviços executados pela construtora, que não

atendam às condições contratuais e aos projetos, cabendo à construtora refazer os serviços rejeitados e arcar inteiramente com os custos decorrentes.

**10.7.** À fiscalização caberá esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico, aprovar materiais equivalentes propostos pelo contratado, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO RECEBIMENTO DA OBRA**

**11.1.** Quando a obra estiver completamente concluída, a empresa construtora solicitará por escrito ao gestor do contrato, para que faça a vistoria necessária para o recebimento. O gestor do contrato terá o prazo máximo de quinze dias para vistoriar a obra e se manifestar.

**11.2.** Caso existam pendências quanto à construção, o gestor do contrato elaborará relatório contendo todas as deficiências encontradas e notificará a empresa construtora a saná-las no prazo máximo de 20 (vinte) dias da data dessa notificação. Vencidos os 20 (vinte) dias, nos 15 (quinze) dias seguintes, o gestor do contrato verificará se todas as deficiências anotadas foram solucionadas.

**11.3.** Confirmada a conclusão da obra, será lavrado o Termo de Entrega e Recebimento Definitivo pelo gestor do contrato.

**11.4.** A assinatura do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo indica que o objeto recebido está conforme o Contrato, ficando a empresa construtora quite com os encargos contratuais, mas permanecendo sua responsabilidade pela solidez e segurança da obra nos termos das legislações civil, profissional e penal aplicáveis.

**11.5.** O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo será lavrado e assinado pelo gestor do contrato e pelo representante da empresa contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** O atraso injustificado para o início da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/1993, que será aplicada na seguinte forma:

- a) Atraso de até 5 (cinco) dias, advertência por escrito;
- b) Atraso superior a 5 (cinco) dias, multa diária de 0,3% sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

**12.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) Advertência por escrito, pelo descumprimento de determinações do gestor do contrato;
- b) Multa de 3% (três por cento), pelo descumprimento reiterado de determinações do gestor do contrato, aplicada sobre o valor da medição correspondente ao período em que for aplicada a penalidade;
- c) Multa de 3% (três por cento), pelo atraso injustificado no cumprimento do cronograma da obra, aplicada sobre o valor da medição correspondente ao período em que for aplicada a penalidade;
- d) Multa de 3% (três por cento), pela entrega ou execução de serviço em desacordo com as especificações do projeto básico, aplicada sobre o custo total do serviço, sem prejuízo de ter que refazê-lo às suas expensas;
- e) Multa de até 5% (cinco por cento), aplicada sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento do prazo final de conclusão dos serviços;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

**12.3.** O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

**12.4.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

**12.5.** As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

**12.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Por quaisquer descumprimentos das obrigações contratuais, a Contratada receberá comunicação por escrito, com prazo de defesa de 5 (cinco) dias úteis, para sanar as irregularidades apresentadas pela Fiscalização, cumulada ou não com outras penalidades.

**13.2.** Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos seguintes casos (art. 77, e inciso I a XII e XVII do artigo 78, da Lei nº 8.666/93):

- a) Atraso injustificado, na execução dos serviços contratados;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação a Administração;
- c) Desatendimento das determinações da Fiscalização designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como daquelas emanadas de seus superiores;
- d) Cometimento reiterado de falhas na execução do contrato, em desrespeito às obrigações deste Contrato;
- e) Decretação de falência ou instauração de insolvência civil da Contratada;
- f) Dissolução da empresa;
- g) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que a juízo da Administração, prejudiquem a execução deste contrato;
- h) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**14.1.** O início dos trabalhos deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, sendo que o prazo total para execução dos trabalhos é de **60 (sessenta) dias**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

**14.2.** O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por motivo relevante, desde que circunstancialmente justificado e aceito pela CONTRATANTE.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

**15.1.** O presente contrato vigorará pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO**

**16.1.** Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei n.º 8.666/1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS**

**17.1.** O presente Contrato fundamenta-se nos termos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico n.º XX/2015, e seus anexos, e na proposta comercial da Contratada que, simultaneamente, constam do Processo Eletrônico SEI nº 0009755-26.2015.

**17.2.** Naquilo que não contrarie o interesse público; o este instrumento funda-se ainda:

- a) Nas demais determinações da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores;
- b) Nos preceitos do Direito Público;
- c) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**17.3.** Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**18.1.** As obrigações assumidas correrão por conta da Dotação Orçamentária 02.122.0570.20GP.0017 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral, Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.16 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

**19.1.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Palmas, Seção Judiciária de Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas/TO, \_\_\_\_\_, setembro de 2015.

**Pelo Contratante**

**Flávio Leali Ribeiro**  
Diretor-Geral do TRE/TO

**Teodomiro Fernandes Amorim**  
Secretário de Administração e Orçamento do TRE/TO

**Pela contratada**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Contratada